



CACTUS
INSTITUTO

eixo
gov

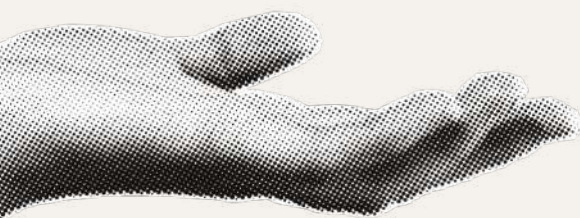
guia sobre

SAÚDE MENTAL

PARA CANDIDATURAS

Como incorporar a saúde mental de forma transversal
em campanhas, propostas e políticas públicas





Ficha Técnica

Realização

Instituto Cactus
EixoGov

Elaboração

Patricia Marcelino

Coordenadora de Projetos - Instituto Cactus

Mariana Rae

Especialista em Saúde Mental - Instituto Cactus

Livia Pimentel Garcia

Diretora de Relações Governamentais - EixoGov

Letícia Sampaio

Analista de Relações Governamentais - EixoGov

Mayara Pereira

Assistente de Relações Governamentais - EixoGov

Revisão

Bruno Ziller

Gerente Executivo - Instituto Cactus

Apoio e colaboração

Maria Fernanda Resende Quartiero

Diretora Presidente - Instituto Cactus

David Medina

Coordenador de Comunicação - Instituto Cactus

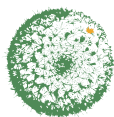
Projeto Gráfico e Diagramação

Jéssica Martins

Coordenadora de Comunicação e Design - EixoGov

Creative Commons

Permitida a reprodução, parcial ou total, por qualquer meio, desde que sem fins lucrativos e com a devida citação da fonte e do Instituto Cactus e da EixoGov como instituições responsáveis: www.institutocactus.org.br e www.eixoestrategia.com.br.



CACTUS
INSTITUTO





Contexto

Estudos recentes apontam que cerca de **1,2 bilhão de pessoas** no mundo sofrem atualmente com algum tipo de transtorno de saúde mental, o que equivale a cerca de **15% da população mundial**¹. O Brasil não está distante dessa realidade. Nosso país possui a maior prevalência de transtornos de ansiedade no mundo e lidera os índices de depressão da América Latina². Para algumas populações, como de adolescentes e mulheres, esses índices tendem a ser ainda mais alarmantes.

Saúde mental não é só sobre doença. Ela está presente na forma como as pessoas vivem, aprendem, trabalham, se relacionam e participam da vida em sociedade. É, portanto, um tema que não pode se dissociar da política. Decisões sobre educação, assistência social, cultura, trabalho, mobilidade, segurança ou meio ambiente impactam diretamente a saúde mental da população.

Foi a partir dessa compreensão que o Instituto Cactus, em parceria com a EixoGov, desenvolveu este **Guia sobre Saúde Mental para Candidaturas**. A proposta é contribuir para ampliar o debate sobre saúde mental no contexto das eleições de 2026, oferecendo referências, informações e caminhos possíveis para que candidaturas e futuros mandatos incorporem essa pauta de forma transversal, estratégica e conectada às realidades dos territórios.

Mais do que um tema específico, entendemos a saúde mental como um elemento central para o fortalecimento da democracia e para a construção de políticas públicas mais inclusivas e eficazes.

1. GBD 2023 Mental Disorders Collaborators. Updated trends in the global prevalence and burden of mental disorders, 1990–2023: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2023. The Lancet, 2026.

2. WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). Depression and Other Common Mental Disorders: Global Health Estimates. Geneva: WHO, 2017.

1. Por que saúde mental é um tema político?

O campo saúde mental atravessa a vida cotidiana das pessoas e se reflete diretamente no funcionamento da sociedade. Seus impactos aparecem tanto na demanda por serviços públicos quanto na forma como as pessoas vivem, constroem relações e participam da vida em comunidade. Quando negligenciada, gera custos concretos, como afastamentos do trabalho, evasão escolar e maior pressão sobre sistemas de saúde e assistência. Investir em saúde mental, portanto, é não apenas enfrentar problemas já instalados, mas também promover bem-estar, aumentar qualidade de vida, e contribuir para uma sociedade mais produtiva e saudável.

Por que falar da saúde mental na sua candidatura?

Conecta com a realidade das pessoas: saúde mental está no cotidiano, no trabalho, na escola, nas relações e na forma como as pessoas vivem nas cidades. Incorporar essa pauta é reconhecer e responder demandas concretas do seu eleitorado.

Reduz riscos e custos sociais visíveis: A evasão escolar, o adoecimento no trabalho e a sobrecarga dos serviços públicos são problemas percebidos pela população, com alto custo financeiro e pessoal, e podem ser enfrentados a partir dessa agenda.

Amplia o diálogo com diferentes grupos sociais: Juventudes, mulheres, profissionais da saúde e educação, famílias e trabalhadores frequentemente identificam a saúde mental como uma preocupação crescente. A pauta permite construir conexões com diferentes realidades e territórios.

Retorno econômico: O adoecimento mental gera impactos diretos na produtividade, na evasão escolar, nos afastamentos do trabalho e na sobrecarga dos serviços públicos. A estimativa é de que depressão e ansiedade custam cerca de US\$ 1 trilhão por ano para a economia global em perda de produtividade. Ao mesmo tempo, a estimativa é de que cada US\$ 1 investido em promoção e cuidado em saúde mental pode gerar retorno de até US\$ 4 em saúde e capacidade de trabalho.³

3. Organização Mundial da Saúde (OMS), Investing in treatment for depression and anxiety leads to fourfold return (2016).



PROMOÇÃO E PREVENÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE IMPACTO

Promover saúde mental significa criar condições para que as pessoas possam viver com mais bem-estar, segurança, autonomia e qualidade de vida. Já a prevenção busca reduzir fatores sociais e estruturais que aumentam situações de sofrimento e vulnerabilidade. Em um contexto de desigualdades, violência, insegurança e sobrecarga dos serviços públicos, investir em promoção e prevenção não é apenas uma agenda da saúde: é uma estratégia de desenvolvimento social e econômico para a transformação do país. Por isso, a saúde mental depende da articulação entre diferentes políticas públicas e do fortalecimento de redes já presentes nos territórios, ampliando a capacidade do Estado de responder de forma mais integrada, eficiente e próxima das necessidades da população.

Como trabalhar a saúde mental de forma intersetorial na sua campanha?

Educação: A promoção de ambientes seguros e de desenvolvimento, ao fortalecer a prevenção da violência e do bullying e o fortalecimento de habilidades socioemocionais, permite identificar e enfrentar dificuldades desde cedo.

Saúde: O fortalecimento do cuidado próximo e integrado, com a priorização da atenção básica e dos serviços comunitários e a capacitação dos profissionais, amplia o acesso e melhora a qualidade do cuidado.

Assistência Social: A redução de vulnerabilidades, por meio do fortalecimento de políticas de renda, moradia e proteção social, ajuda a diminuir o estresse cotidiano e a criar condições mais estáveis para indivíduos e famílias.

Infraestrutura e Moradia: O acesso à moradia adequada, saneamento, áreas verdes e espaços de convivência impacta diretamente a saúde mental e a qualidade de vida. Territórios mais seguros, acessíveis e acolhedores ajudam a reduzir o estresse cotidiano e fortalecem os vínculos comunitários.

Mobilidade e Transportes: A forma como as pessoas se deslocam influencia diretamente seu bem-estar. Longos deslocamentos, insegurança e superlotação aumentam o desgaste cotidiano, enquanto uma mobilidade acessível e de qualidade contribui para cidades mais saudáveis e inclusivas.

Cultura, esporte e lazer: O acesso a atividades culturais, esportivas e espaços de convivência fortalece vínculos sociais, pertencimento e participação comunitária.



Para que ações de promoção e prevenção gerem resultados concretos, é fundamental que as políticas públicas sejam planejadas de forma integrada, com objetivos claros, responsabilidades definidas e estratégias adequadas às realidades dos territórios. Para além de garantir financiamento dedicado e sustentável, é importante fortalecer mecanismos de implementação, monitoramento, avaliação e participação social, permitindo acompanhar resultados, corrigir rotas e aprimorar as ações ao longo do tempo. Embora existam responsabilidades distintas entre setores e entes federativos, é a atuação coordenada que potencializa impactos e contribui para políticas mais eficazes, sustentáveis e conectadas às necessidades da população.



2. Como funciona a política pública de saúde mental?

A DIVISÃO DE COMPETÊNCIAS: O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO?

A Constituição Federal divide as responsabilidades da saúde entre União, estados e municípios. Entender esse funcionamento é importante para saber quais propostas podem ser desenvolvidas a partir do cargo disputado.

União

Responsável por definir as diretrizes nacionais da saúde pública, estabelecer normas gerais de proteção à saúde e coordenar políticas nacionais. Também concentra parte importante do financiamento do SUS e da regulamentação de políticas como a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Estados

Podem criar legislações próprias relacionadas à saúde, desde que alinhadas às diretrizes nacionais. Também atuam na coordenação regional da rede de saúde, incluindo serviços especializados, leitos em hospitais gerais e atendimentos de média e alta complexidade.

Municípios

Encarregados pela oferta direta de grande parte dos serviços de saúde à população, com apoio técnico e financeiro dos estados e da União. É no município que acontece a atenção básica — principal porta de entrada do SUS e espaço fundamental para o cuidado em saúde mental.



Regra prática

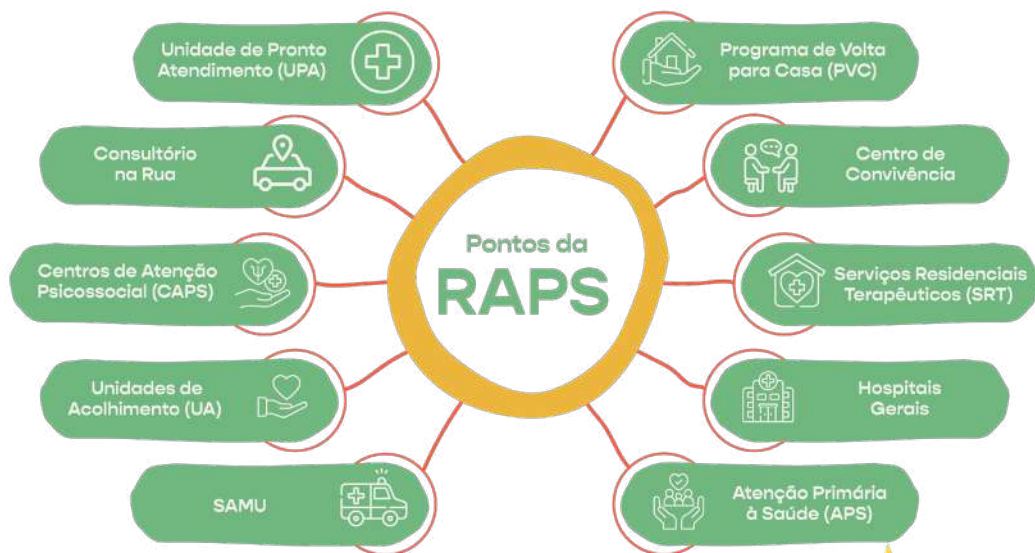
Cada cargo possui possibilidades diferentes de atuação. Enquanto mandatos municipais estão mais ligados à implementação local das políticas, mandatos estaduais e federais têm maior capacidade de organização da rede, criar legislação, fiscalizar e definir prioridades orçamentárias.



O QUE É A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL?

A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) integra o Sistema Único de Saúde (SUS) e organiza o modelo de atendimento para pessoas em sofrimento mental ou com uso prejudicial de álcool e outras drogas, a partir de serviços comunitários e territorializados.

Sua articulação com a Atenção Primária à Saúde (APS) garante a linha de cuidado entre os diferentes pontos da rede, desde a Unidade Básica de Saúde (UBS) até os serviços especializados, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Centros de Convivência e Cultura (CECO), Unidades de Acolhimento (UA) e Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), além dos leitos de saúde mental em hospitais gerais.





Como funciona na prática?

O financiamento é compartilhado entre três níveis de governo

União, estados e municípios dividem responsabilidades no financiamento das políticas públicas, o que permite sustentar os serviços e ampliar o acesso ao cuidado. O governo federal realiza repasses para implantação e custeio de serviços como CAPS, residências terapêuticas e leitos em hospitais gerais, enquanto estados e municípios também aportam recursos próprios para manutenção da rede, contratação de equipes e ampliação do cuidado nos territórios.

A coordenação entre os entes fortalece a rede de cuidado

União, estados e municípios têm papéis distintos, mas interdependentes na política pública. Enquanto cada nível atua dentro de suas responsabilidades, é a articulação entre eles que permite adaptar as diretrizes às realidades locais e garantir que o cuidado chegue de forma efetiva à população.

Para que esse cuidado seja, de fato, integral, é preciso avançar para além da articulação entre os entes federativos. Embora a RAPS tenha papel central, o cuidado em saúde mental vai além dos seus equipamentos e do setor de saúde.

Grande parte das situações de sofrimento mental se constrói antes de chegar aos serviços especializados, no cotidiano das pessoas. Por isso, promover e prevenir em saúde mental significa atuar sobre os fatores que influenciam esse processo, como condições de vida, vínculos sociais, acesso à educação, trabalho e proteção social.



OS PRINCIPAIS MARCOS LEGAIS DE SAÚDE MENTAL NO BRASIL

Esses são os instrumentos jurídicos nacionais que sustentam qualquer proposta política na área. Conheça-os, cite-os, fiscalize-os:

Lei nº 10.216/2001

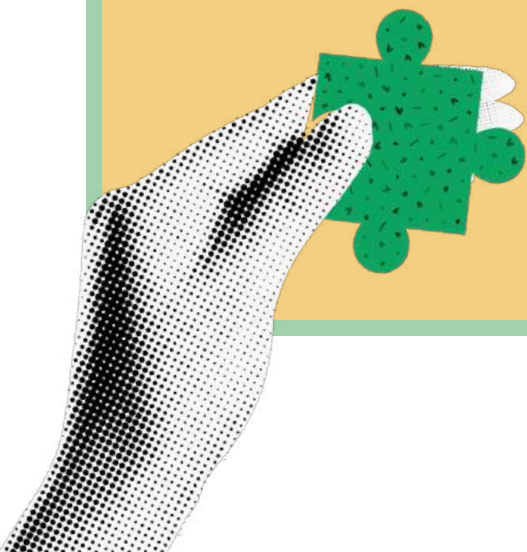
Lei da Reforma Psiquiátrica - Principal marco da saúde mental no Brasil. Garante os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial dos hospitais psiquiátricos para serviços comunitários e de base territorial.

Portaria nº 3.088/2011

Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) - Institui a RAPS no âmbito do SUS, organizando os pontos de atenção em saúde mental.

Lei nº 13.840/2019

Política sobre Drogas - Altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad) e dispõe sobre as condições de atenção a usuários e dependentes.



Uma boa proposta não precisa ser complexa para gerar impacto. O mais importante é que seja conectada às necessidades do território, tenha viabilidade e dialogue com políticas já existentes.

Algumas perguntas importantes:

- . Quais são os principais desafios do território?
- . Quais grupos estão mais vulneráveis?
- . Como os usuários dos serviços públicos ou pessoas com experiência vivida em saúde mental percebem esse tema?
- . Que serviços já existem e podem ser fortalecidos?
- . Como diferentes áreas podem atuar juntas?
- . Existe previsão orçamentária e estratégia de implementação?

EXEMPLOS DE PROPOSTAS POSSÍVEIS

Saúde

- . Ampliar a capacidade da atenção básica à saúde para identificar, acolher e acompanhar demandas relacionadas à saúde mental no cotidiano;
- . Expandir e fortalecer os pontos de acolhimento da RAPS, em especial os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);
- . Fortalecer as ações de cuidado em saúde mental próximas às comunidades e articuladas com os serviços dos territórios.

Educação

- . Estabelecer programas de promoção de saúde mental, prevenção à violência e o combate ao bullying nas escolas;
- . Formação de professores e equipes escolares para lidar com o tema, além da estrutura de programas para cuidado e acolhimento voltados aos professores;
- . Aprofundar articulação da escola com equipamentos de saúde e assistência social.

Assistência social e territórios

- . Fortalecimento de CRAS, CREAS e serviços comunitários;
- . Ampliação de espaços públicos de convivência, cultura e lazer;
- . Reconhecimento e valorização das pessoas responsáveis pelo cuidado formal e informal;
- . Ações voltadas para adolescentes, mulheres e populações vulnerabilizadas.

Gestão pública

- . Criação de indicadores e metas para acompanhamento das políticas de saúde mental;
- . Fortalecimento da participação social, em especial das pessoas com experiência vivida em saúde mental, e da escuta dos territórios;
- . Inclusão de uma lente transversal da saúde mental em outras políticas públicas.



COMUNICAÇÃO PÚBLICA E COMBATE AO ESTIGMA

A forma como a saúde mental é comunicada impacta diretamente o acesso ao cuidado e a redução de preconceitos. Campanhas e mandatos podem fortalecer uma cultura de acolhimento, informação qualificada e promoção de bem-estar.



EVITE

- . Usar termos que reforçam estereótipos, como “louco”, “maluco”, “doido” e outros;
- . Associar transtornos mentais à violência;
- . Tratar sofrimento psíquico como fraqueza individual.



PREFIRA

- . Usar termos que ajudam a pensar na integralidade do ser humano, como “Pessoa em sofrimento psíquico” ou “transtorno mental”;
- . Linguagem baseada em cuidado, direitos e inclusão;
- . Destacar fatores sociais e territoriais relacionados à saúde mental.

4. O contexto das Eleições de 2026



AS REGRAS DO PLEITO

Quem pode se candidatar?

Para concorrer em 2026, é necessário cumprir condições básicas de elegibilidade:

- Nacionalidade brasileira (nata ou naturalizada; para Presidente, apenas nata)
- Direitos políticos em dia, sem pendências com a Justiça Eleitoral
- Domicílio eleitoral na cidade ou estado de candidatura com pelo menos 6 meses de antecedência
- Filiação partidária com no mínimo 6 meses antes do pleito
- Idade mínima: 18 anos para vereador/a; 21 para prefeito/a, deputado/a federal ou estadual; 35 para senador/a ou presidente/a (na data da posse)

Atenção especial à **Lei da Ficha Limpa** e às regras de desincompatibilização: quem exerce cargo público, função sindical ou atua em entidades que recebem recursos públicos pode precisar se afastar com antecedência de 3 a 6 meses.

Financiamento de campanha

As campanhas eleitorais são financiadas por três fontes principais:

- 1. Fundo Eleitoral (FEFC):** recurso público distribuído pelo TSE aos partidos, que repassam às candidaturas. Cada partido define internamente como distribuir esses valores.
- 2. Fundo Partidário:** parte dos recursos permanentes dos partidos pode ser destinada às campanhas, especialmente para candidaturas femininas (no mínimo 30% do Fundo Eleitoral deve ser destinado a mulheres).
- 3. Doações de pessoas físicas:** permitidas, com limite de 10% dos rendimentos brutos declarados no ano anterior à eleição.

O que é proibido: doações de empresas, de entidades estrangeiras, de órgãos públicos e de entidades beneficentes. Também são proibidas doações anônimas acima de R\$1.064,10.

Gastos possíveis com recursos de campanha incluem: material gráfico, produção de conteúdo digital, comícios, carros de som, contratação de pessoal, impulsionamento de conteúdo nas redes sociais (dentro dos limites legais), e produção de eventos e debates.

O que é permitido nas redes sociais durante a campanha?

A partir do dia oficial de início da campanha, candidaturas podem usar as redes sociais de forma mais ampla. As regras gerais incluem:

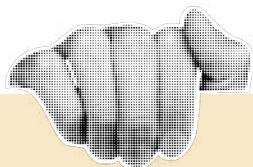
Permitido: publicações orgânicas, lives, stories, impulsionamento pago de conteúdo (com identificação como publicidade eleitoral), criação de perfis e páginas de campanha

Proibido: veicular propaganda antes do período permitido; usar perfis falsos ou robôs para ampliar alcance; publicar desinformação; realizar ataques que configurem violência política de gênero

Atenção às 48h antes da eleição: é vedada qualquer propaganda eleitoral, inclusive nas redes sociais

A IMPORTÂNCIA DAS CANDIDATURAS FEMININAS

Ampliar a participação feminina na política é fortalecer a democracia e aproximar os espaços de decisão das realidades vividas nos territórios. As mulheres seguem sendo maioria no eleitorado brasileiro e, ao mesmo tempo, estão frequentemente na linha de frente do cuidado nas famílias, nos serviços de saúde, na educação e nas redes comunitárias. Essa vivência cotidiana faz com que muitas mulheres tenham conhecimento direto sobre os desafios enfrentados pela população e sobre o funcionamento das políticas públicas na prática. Incentivar candidaturas femininas, portanto, não é apenas uma questão de representatividade, mas também de ampliar a diversidade de experiências e perspectivas na construção de políticas públicas mais conectadas, eficazes e sensíveis às necessidades da população.



A **Lei 14.192/2021** tipifica a violência política de gênero e reconhece que ela opera de maneira diferenciada conforme a identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia e classe das candidatas.

Saiba onde denunciar
Zap Delas (61 98309-0025)

Canal especializado para apoiar, acolher e orientar mulheres na política

Ouvidoria Nacional da Mulher (CNJ)
(61) 2326-4615 ou formulário eletrônico

➔ **clique aqui** ➔



TRAZENDO A VOZ DA JUVENTUDE

A juventude terá papel central na construção das próximas décadas da sociedade brasileira, mas muitos jovens ainda se sentem distantes da política e pouco representados nos espaços de decisão. Aproximar as juventudes do debate público exige criar formas mais abertas de escuta, participação e diálogo, reconhecendo suas diferentes realidades, linguagens e formas de organização. Incorporar a voz dos jovens nas campanhas e mandatos é fundamental para construir políticas públicas mais conectadas ao futuro e aos desafios dos territórios.

Como fazer isso na prática?

- Realizar escutas públicas com jovens em escolas, coletivos e territórios;
- Incluir jovens em espaços de discussão nas equipes de campanha;
- Incorporar a perspectiva da juventude na construção das propostas da campanha;
- Utilizar linguagens e formatos conectados às diferentes juventudes.



Cuidar da própria SAÚDE MENTAL também faz parte da campanha

Campanhas eleitorais são marcadas por pressão constante, alta exposição pública e jornadas intensas de trabalho. Nesse contexto, cuidar da própria saúde mental também deve fazer parte da construção de uma atuação política sustentável. Estresse, sobrecarga e ambientes hostis podem impactar a tomada de decisão, as relações de trabalho e a continuidade da atuação ao longo do tempo. Fortalecer redes de apoio, promover dinâmicas mais saudáveis nas equipes e reconhecer limites não é sinal de fragilidade, mas uma estratégia importante para sustentar lideranças mais equilibradas, consistentes e preparadas para os desafios da vida pública.

Recursos e Referências

TSE — Tribunal Superior Eleitoral: www.tse.jus.br — calendário eleitoral, regras de campanha, prestação de contas

Ministério da Saúde — Legislação em Saúde Mental: www.gov.br/saude/saude-mental/legislacao

Guia da Candidata 2026 — Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal

CAPS do seu município: solicite à Secretaria Municipal de Saúde a lista de serviços disponíveis

Conselho Regional de Psicologia (CRP) da sua região: parceiro natural para formações e eventos de campanha sobre saúde mental



CACTUS
INSTITUTO

www.institutocactus.org.br

@institutocactus



www.eixoestrategia.com.br

@eixoestrategiapolitica

